

CPI - orçamento

A defesa da "corporação"



gano provadamente cometido — e do mesmo gênero — com a apuração do dinheiro que transitou nas contas do ex-presidente da República. Os dois pesos e as duas medidas estão conformes ao princípio de autodefesa de uma *corporação* (isto é, o Congresso Nacional) e do pequeno grupo dos que se caracterizam como *diferentes* entre os deputados. Quando se constatou que a CPI havia errado no "caso Collor", foram poucos, muito poucos, os que aventaram a hipótese de o erro levar à substituição dos membros da subcomissão que havia cometido o engano. Agora, há deputados que vão à tribuna cobrar uma verificação por parte da Subcomissão de Bancos da CPI do Orçamento, obrigando-a a confirmar que as informações veiculadas são verdadeiras; há outros que admitem a possibilidade, comprovado o engano, de substituir os que passam em revista cheques e extratos de contas bancárias; há terceiros que falam em desmoralização de todas as Comissões de Inquérito, a partir de um erro dessa natureza cometido contra um dos membros da "elite". Enquanto isso, rangem-se os dentes contra os que não pertencem à *oligarquia* e por seu comportamento contribuíram para "desmoralizar" o Congresso, depois de ele se haver afir-

mado o baluarte da hombridade e da honradez no processo de impeachment. Assim agem as corporações em que o espírito de corpo é acendrado.

O problema, porém, tenha ou não havido erro na avaliação do trânsito de dinheiro de uma conta para outra, é que, tal como aconteceu com Collor, o mal já foi feito — atinja pessoalmente um inocente, o Congresso como instituição ou o saber matemático dos integrantes da subcomissão, ou registre um ato fora das normas.

Foi feito por uma simples razão: qualquer que seja o montante encontrado (US\$ 1 milhão ou mais ou menos US\$ 600 mil), os fatos estão a indicar que algum dinheiro deve ter sua origem explicada. A compra e recompra de uma F-1.000 parece não ter convencido nem os membros da "elite". Agora, o que o deputado Íbsen Pinheiro pretende usar em sua defesa é o argumento que foi motivo de chacotas quando invocado pelos advogados de defesa do presidente Collor de Mello: sobras de campanha! Será que o mesmo Congresso que riu do que considerava uma desculpa mal-ajambrada aceitará a mesma argumentação, quando se trata de inocentar um membro da *oligarquia* e não um adversário dela? Isso sem se levar em conta que a campanha para a Presidência é

muito mais cara que aquela para a Câmara dos Deputados e, portanto, se sobraram algumas centenas de milhares de dólares na reeleição do deputado Íbsen Pinheiro, seria normal aceitar que tivessem sobrado alguns milhões para a eleição do adversário do sr. Luiz Inácio Lula da Silva, inimigo do capitalismo. Foram poucos os que, cientes do argumento a ser usado, manifestaram sua desconformidade com ele. Muitos se calaram, aceitando-o implicitamente. Por quê?

"Sobras de campanha" é explicação para inocentar todos os que estão sendo investigados

Porque no instante em que se passar uma borracha sobre as referências ao sr. Íbsen Pinheiro — a mão que a mover sendo guiada pelo deus das sobras de campanha, que deve havê-lo e em boa posição no Olimpo da classe política brasileira — todas as outras fichas serão consideradas limpas. Por que fulano não pode ter comprado imóveis com sobras de campanha? Ou feito viagens nababescas? Só pelo fato de não pertencer à "elite", não ser membro da *oligarquia* e por isso poder ser lançado às feras para salvar a "corporação"?

O leitor e cidadão tem motivos para esperar que este caso se elucide com rapidez e justiça, sem favorecimentos a estes ou àqueles.